

UMA DIALECTOLOGIA POUCO CONHECIDA:  
A ORTOGRAFIA NACIONAL DE GONÇALVES VIANA

Ivo de Castro  
Universidade de Lisboa

As bibliotecas de estante aberta, tal como os supermercados, têm a suprema vantagem de oferecer ao visitante aquilo que ele não procurava, não sabia que existia e nem sabia que podia vir a desejar. O livro desconhecido ao lado daquele que procurávamos é naturalmente o mais apetecido. Uma tarde ocupada a folhear dezenas de livros, com o simples trabalho de os retirar da estante e de lá os repor, sem catálogos, requisições nem bibliotecárias de permeio, pode ser, dependendo da sorte, mais útil para o avanço de uma pesquisa ou para a sua reformulação em termos imaginativos do que a bibliografia melhor orientada.

Se o acaso ou a sorte não são métodos que se recomende como científico, já o será o sistemático recurso à consulta directa das estantes, sempre que a biblioteca o permita, ou por estar assim concebida, ou por ainda não se achar disciplinada de todo. No estado actual da maioria das bibliotecas portuguesas onde um linguista tem de trabalhar, a consulta da estante deve completar e, muitas vezes, substituir a consulta dos ficheiros e catálogos, quando estes são insuficientes, deficientes ou inexistentes. Mesmo se a biblioteca dispusesse de um ficheiro moderno e completo, informatizado até, com uma classificação por matérias rica e recheada de referências cruzadas - mesmo assim seria de tentar abrir caminho até às estantes, embora tal liberdade seja improvável em instituição tão actualizada (a menos que o investigador seduza a bibliotecária ou se faça nomear director da biblioteca). E seria de tentar porque o mais eficaz dos ficheiros nunca conseguirá mais do que responder às perguntas que lhe fizerem, dan

do todas as publicações de um autor, ou o conteúdo de certa obra, ou os títulos que abordam certo tema. O ficheiro está concebido de um modo lógico e estruturado, concebido para satisfazer necessidades "normais" da busca de informação. Mas será incapaz de estabelecer em nosso proveito relações a-lógicas entre livros, de fazer associações que não obedeçam aos circuitos de pensamento que foram previstos por quem o concebeu e instalou. Por definição, o ficheiro recusa-nos os livros que não têm nada a ver com o tema da nossa busca.

Mas é aí que se pode encontrar a chave de uma solução totalmente imprevisível para a nossa busca, ou ao menos um contributo decisivo para a encaminhar em direcções mais criativas.

Alonguei-me nesta defesa da biblioteca de estante aberta por se tratar de uma instituição que tem os dias cada vez mais contados, em nome da segurança e da conservação das colecções, e por me dar nostalgia o desaparecimento de formas tradicionais e humanas de adquirir informação. A biblioteca de estante aberta é um contemporâneo civilizado das sociedades cultas que se desenvolvem desde o século das luzes até ao século das massas, tão compatível com um "college" britânico como com um clube republicano. Compare-se, para efeitos de realce pelo contraste, com a biblioteca medieval de livros encadeados e com a moderna biblioteca informatizada, filhas dos respectivos tempos.

Ou recorde-se ainda, agora para sentir a real natureza de objecto à escala humana que a biblioteca tradicional tem, a frase de Popper: "O homem, em vez de desenvolver melhores olhos e ouvidos, desenvolveu óculos, microscópios, telescópios, telefones e aparelhos de escuta. Em vez de criar dentro de si melhor cérebro, criou à sua volta papel, canetas, lápis, máquinas de escrever, dictafones, a tipografia e as bibliotecas" (Objective knowledge, Oxford, 1972). Mas esta linha de pensamento pode levar-nos para fora do nosso caminho. O meu tema inicial é o achamento da informação que não se procurava, e que no entanto pode ser importantíssima para nós. Podemos achá-la por acaso nos corredores de uma biblioteca, assim como podemos achá-la folheando uma revista ecléctica, em que procuramos um artigo e saímos com três ou quatro. Ou consultando um livro na suposição de que ele se esgota em volta do tema que no momento nos interessa, para afinal descobrimos uma página dedicada a outro tema completamente diferente e que, se não nos apaixonou antes, será a nossa próxima infidelidade.

É de um achamento deste último tipo que vos vou falar. Pesadas as coisas, o seu alcance é relativamente limitado: fornece uma achega à nossa bibliografia de estudos dedicados à dialectologia portuguesa, e mostra o interesse de continuarmos, ou de passarmos a ler os trabalhos de Aniceto dos Reis Gonçalves Viana (e dos outros tão ilustres como esquecidos antecessores nossos).

A Bibliografia Dialectal Galego-Portuguesa, publicada em 1976 pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, inclui quinze títulos de trabalhos de Gonçalves Viana, o que não é muito, se atendermos a que a lista das suas publicações, elaborada por Álvaro Neves, conta 143 títulos, entre livros, artigos e colaborações jornalísticas (cf. A.R.Gonçalves Viana, Estudos de Fonética Portuguesa, Lisboa, 1973, 43-64). Mas a Bibliografia Dialectal não refere trabalhos de Gonçalves Viana cujo título prometia ocupar-se de matérias que nada têm a ver com a dialectologia. Cheguei a eles por um caminho desviado: o da ortografia.

De facto, foi a ler o texto oficial da Reforma Ortográfica de 1911, publicado no Diário do Governo de 12 de Setembro desse ano, e assinado por todos os sábios linguistas da época, mas redigido por Gonçalves Viana, que dei conta das numerosas observações de ordem dialectal que se espalham pelo texto fora e que, a meu saber, não foram até hoje citadas nem aproveitadas em trabalhos de dialectologia.

Apresso-me a acrescentar que, sem retirar nada à necessidade de no futuro contar com estas observações, a omissão não tem sido catastrófica. Um exame mais minucioso que aquele que lhes dediquei confirmará decerto que as observações de Gonçalves Viana coincidem no essencial com as de Leite de Vasconcellos na Esquisse de 1901, tendo assim o valor de as confirmar ou enriquecer ligeiramente quanto à localização de certos traços dialectais e à cronologia da sua evolução. É considerável, mas não substantivo. A Exposição da pronúncia normal portuguesa, publicada pelo próprio Gonçalves Viana em 1892, é infinitamente mais minuciosa e completa.

O principal interesse das observações consiste, pois, à primeira vista, em mostrar como, na elaboração da primeira ortografia oficial portuguesa, foi dada atenção a uma descrição directa do estado dialectal, confrontando as realizações do chamado "centro do país", onde Gonçalves Viana achava o padrão, e as realizações do norte e do sul. Todas lhe pareciam merecedoras de contemplação no fixar da ortografia, o que representa uma posição ideológica muito interessante para a época e digna de ser hoje reexaminada: embora as relações modernas entre pa

drão e dialectos recomendem talvez uma outra abordagem, que preserve as individualidades dialectais a níveis diferentes do padrão alargado, é saudável pensar uma ortografia a partir da realidade das variedades faladas e não, como se fez nas últimas décadas, a partir da letra escrita das ortografias anteriores.

A leitura da Reforma de 1911 levou-me de seguida à grande obra ortográfica de Gonçalves Viana, a Ortografia Nacional, publicada em 1904 e de que ele preparou uma 2ª edição nunca publicada. Restam pelo menos três exemplares, um na Biblioteca da Academia das Ciências, outro na biblioteca do Centro de Linguística e outro na posse do Prof. Evanildo Bechara, do Rio de Janeiro, em que Gonçalves Viana introduziu numerosíssimas alterações substanciais, além de ter revisto a própria ortografia para obedecer à oficial de 1911. Nessa obra fundamental, encontra-se um pequeno capítulo que não é mencionado na Bibliografia Dialectal e que se intitula "Distinções históricas e dialectais de pronúncia não observadas actualmente no sul ou no centro do reino". Ocupa as páginas 143 a 148 e dele da rei em anexo uma transcrição, incorporando as emendas e acrescentos do autor, tal como vêm no exemplar do Centro de Linguística. A primeira emenda incide desde logo sobre o título, pois G.V. costuma emendar reino para país (recorde-se que entre a data da edição e a das emendas manuscritas medeia a Implantação da República).

A doutrina é a mesma que já observámos na Reforma de 1911: a uniformização ortográfica deve ter em conta as diferenças dialectais, enquanto isso não colidir com a necessidade de uma escrita comum. Diz ele:

"Se fossemos a pautar a escrita pela pronúncia somente de Lisboa, teríamos de escrever sái, fãitôr, e também não diferenciaríamos lanho de lenho, sanha de senha, osso de ouço, impar de empar, enfomar de informar, etc. É pois o respeito pelas pronúncias dialectais e históricas que mantêm essas distinções".

Um historiador da ortografia portuguesa achará nestas palavras um sabor especial: projectadas no pano de fundo de meio século de debate ortográfico, que já então era decorrido e em que se defendiam invocações "sónicas" que nivelam na grafia as etimologias de evolução convergente, estas palavras mostram onde é que G.V. traçava a linha.

As grandes distinções dialectais, mesmo que não tenham contraparte no padrão, devem ser representadas por distinções gráficas. A ortografia deve ser estabelecida para a pronúncia padrão (do "centro do país"), mas também deve ter em mente os dialectos. Nestes, devem ser consideradas as distinções com fundamento histórico (etimológico). E - G.V. não o diz mas nós podemos depreender - as distinções só históricas, sem existência dialectal, não têm direito a representação ortográfica; de outro modo, não se compreenderia que ele tivesse escrito todo o livro usando a letra j para representar quer o j, quer o g palatal (etimolo-jia, etc.), sistema que só abandona na revisão manuscrita do livro, por obediência ao acordado em 1911.

Quais são então, na opinião de G.V., as grandes distribuições dialectais a respeitar pela ortografia portuguesa?

a) ditongo /ej/: embora no sul este ditongo corresponda à vogal [e], a ortografia deve distinguir entre ei e ê, pois essa distinção é produtiva no norte (sei e sê, imper. de ser); em compensação, o ditongo lisboeta [ɛj] não merece grafia própria, devendo ser representado por ei, grafia da pronúncia dialectal mais generalizada; pelo mesmo motivo, o correspondente ditongo lisboeta [ɛj̃] deve grafar-se em.

b) ditongo /ow/: a ortografia deve permitir a distinção nortenha entre [ow] e [o], como em ouço e osso.

c) consoantes /tʃ/ e /ʃ/: deve manter-se a distinção entre as grafias ch e x, que no norte representam fonemas diferentes.

d) fricativas apicais e predorsais: deve manter-se a distinção gráfica entre ç e s, entre z e -s- intervocálico, por as respectivas consoantes se distinguirem nos dialectos do norte.

Em todo estes casos, a ortografia deve respeitar distinções que não são feitas no padrão, doutrina que tem prevalecido até aos nossos dias e que não dá sinais de vir a ser revista pelo mais arrojado dos renovadores ortográficos. O próprio G.V., como vimos, renunciou a nivelar graficamente o g e o j, apesar de só razões históricas, e não dialectais, justificarem a sua não-distinção.

Permitam-me uma pergunta: estas quatro distinções dialectais privilegiadas por G.V. não têm um certo sabor a coisa já conhecida? Mas de onde? Espantar-nos-á que um autor que, muito antes da fonologia estrutural, já lhe antevia o método, tenha sido capaz de, no tempo do complicado mapa dialectal de Leite de Vasconcellos, antes do complexo mapa de Paiva Boléo, seleccionar como prin-

Quais traços fonéticos que opõem entre si e caracterizam as áreas dialectais portuguesas nada mais nada menos que quatro dos cinco traços definidos por Cintra na Nova Proposta como critério dialectal do falante do padrão perante as províncias?

## Apêndice

A.R. Gonçalves Viana, Ortografia Nacional, 1904, 143-148.

"Distinções históricas e dialectais de pronúncia não observadas actualmente no sul ou no centro do país".

ei	=	<u>ei</u> ... ei	=	<u>ê</u>	:	areia...arêa
ei	=	<u>âi</u> ... ei	=	<u>êi</u>	:	sei, feitor
em	=	<u>âi</u> ... em	=	<u>ê</u> , <u>êi</u>	:	bem, fazem
ou	=	<u>ô</u> ... ou	=	<u>ô<sup>o</sup></u>	:	osso e ouço
ch	diferente de	<u>x</u>			:	chá e xá
ç	diferente de	<u>s</u>			:	laço e lasso
z	diferente de	<u>-s-</u>			:	cozer e coser

Como já adverti, é absolutamente preciso que na regularização e uniformização da ortografia portuguesa se tenham em atenção as distinções dialectais, até on de sejam compatíveis com escrita comum. A língua portuguesa não é somente para o centro do país, mas do mesmo modo para todo ele, e de necessidade se torna que a sua escrita não dissimule nem contradiga fenómenos legítimos e incontras táveis, ou racionais e valiosos de pronúnciação.

Se não respeitamos e tivermos em consideração, por exemplo, a distinção que em grande parte do país se faz entre ô e ou (osso, ouço), não será lícito distinguirmos entre ê e ei (sê, sei, cera, seira), visto que no extremo sul, por exemplo, estes se não diferenciam. Semelhantemente, teríamos de escrever conciência, nacer, decer, pois esta é a pronúncia do Porto, como era a antiga também no sul, em vez da actual das pessoas cultas, consciência, nacer, decer, que todavia não são populares nem mesmo em Lisboa. O instinto de conservação, que em todas as línguas põem estorvo à evolução rápida, tem mantido as distinções gráficas entre -ãe, e -em, -anho, -a, e -enho, -a, nulas na pronúncia de quase todo o centro do país; como tem igualmente conservado a de ô e ou, que do mesmo modo não indica, no sul ou no centro, diferença de pronúncia. Deve também advertir-se que, se ai átono se profere com a surdo antes de vogal, como em ensaiar, calar, a pronúncia com a aberto se mantém antes de consoante, verbi gratia em painel, bairrista, sainete, Raimundo, e portanto se não

poderia o ditongo escrever em ei, mesmo no sul, ou no centro.

Assim, o verbo arraigar ou se há de pronunciar arrâigar, ou arraigar, quando o ai é átono; ou teremos de escrevê-lo com ei, arreigar, conjugando-o arreiga, etc. nas formas rizotónicas, e não arraiga, etc.<sup>1</sup>

É evidente, pelo que fica advertido, que sou a favor das diferenciações gráficas exemplificadas pelos vocábulos citados, entendendo que se devem corrigir as ortografias erróneas que se têm adoptado, como ância e seus derivados ancioso, anciar, etc., por ânsia, ansioso, ansiar, etc., que são as escritas correctas, evidenciadas pelas correspondentes formas italianas e castelhanas.<sup>2</sup>

1. Areia, e não area; porque em quase todo o país se profere ei na 2ª sílaba, para evitar o hiato. É fenómeno conhecido este, e tam próprio do português, que nos vocábulos como idea, Judea, por exemplo, intercalamos ao pronunciá-los um i antes do a final, pelo menos no centro do reino, escrevendo-o até, conquanto sejam de origem erudita estes vocábulos, e o e seja neles aberto, sendo portanto desnecessário escrever esse i, que se profere, quer escrito, quer não.

Já Dom Jerónimo Contador de Argote, no seu notável livro Regras da língua portuguesa, espelho da língua latina [lisboa, M.DCC.XXV] fizera este reparo: - "Idea se pronuncia como se tivera a letra I ... porque na verdade he que as letras EA, que fazem ditongo, muytas vezes tem o poder de EIA" - [p.347].

2. Xá e chá: porque soavam dantes, e ainda soam em Trás-os-Montes, Beiras e Minho, diferentemente. Chá é nome de uma planta, muito conhecida, e da sua infusão.

(...) Xá é o nome que os nossos cronistas da Ásia deram ao rei da Pérsia principalmente, e a outros potentados, e que hoje para aí se disfarça, sem fundamento, em shah, schah, chah, e não sei que mais. Dêste modo, deveremos escrever, como fizemos até os princípios do século anterior, baxá, paxá, xeque e não pachá, ba chá, cheque, cheik, scheikh, ou outras piores escritas, que o insensato arremêdo estrangeiro tem introduzido.

(...) 3. Os antigos, como ainda actualmente os trasmontanos e parte dos beirões e minhotos fazem distinção entre ç e ss ou s inicial, e entre z e s medial:

1. V. Revista Lusitana, I, 216, sub voc. raigôto. Na Livraria Clássica Portuguesa imprimiu-se arreigada, arraigar, o que é contraditório (t. XVI, p. 98).

2. V. Revista Lusitana, I, 223, onde me referi a este grosseiro erro de ortografia, há tanto tempo cometido, até por lexicógrafos.



assim, paço e passo, cela e sela, cozer e coser não eram antes nem são hoje ali confundidos, como o são no sul do país actualmente, e desde o século XVII, pelo menos: o s e ss valiam por s, e o s medial por z, subcacuminais, convêm saber, proferidos com o ápice da língua no ponto em que pronunciamos o r de querer. A confusão deve ter-se manifestado no século XVII, começando talvez já no XVI entre z e s medial. Gil Vicente, que rimou sem escrúpulo vocábulos em que o s entre vogais é sonoro, com outros em que é surdo (ss), paraíso ... abisso (Auto da História de Deus), caso ... passo (Auto da Lusitânia) etc., não tem uma única rima de ç com -ss- ou de -z- com -s-, a não ser em fim de palavra -s, -z, como, por exemplo, Mendez ... tendes (Auto de Mofina Mendez).

4. Se fôssemos a pautar a escrita pela pronúncia sómente de Lisboa, teríamos de escrever sai, fãitôr, e também não diferenciaríamos lanho de lenho, sanha de senha, osso de ouço, impar de empar, enformar de informar, etc. É pois o respeito pelas pronúncias dialectais e históricas que mantêm essas distinções. (...)